MONITORAMENTO AMBIENTAL ANUAL DO SOLO DE UNIDADES PRODUTIVAS DE SUÍNOS ATENDENDO AS EXIGENCIAS DA LICENÇA DE OPERAÇÃO

SCHWINGEL, Alice Watte[1] (alicewatte16@gmail.com); PIETRAMALE, Rita Therezinha Rolim[1] (rolimpiezoo@gmail.com); LEITE, Brenda Kelly Viana[1] (brendavianaleite@gmail.com); MACENA, Isabelly Alencar[2] (isabelly_macena20@outlook.com); AVILA, Márcio Romeiro de[2] (marciorromeiroavila@gmail.com); RUVIARO, Clandio Favarini[3] (clandioruviaro@ufgd.edu.br).

[1]Discente do Programa de Pós-Graduação em Zootecnia da UFGD – Dourados/MS;
[2]Discente do curso de Graduação em Zootecnia da UFGD – Dourados/MS;
[3]Docente do Programa de Pós-Graduação em Zootecnia da UFGD – Dourados/MS.

O aumento acentuado da população mundial e surgimento de novas economias provoca relevante aporte na busca por proteína animal. A carne suína encontra-se ainda na primeira posição no *ranking* de consumo, principalmente devido sua alta qualidade e ao custo baixo de produção, tornando este alimento uma opção barata para economias emergentes. Esta intensificação da produção trouxe complicações ambientais, visto que a atividade é de alto impacto pela geração de resíduos com altos níveis de matéria orgânica que podem causar problemas como eutrofização de corpos d'agua superficiais, contaminação de lençóis freáticos pelo excesso de nitrato e patógenos orgânicos, emissões de gases de efeito estufa e acúmulo de metais pesados no solo. Porém, se o resíduo possuir tratamento adequado, com o sistema de biodigestão anaeróbia por exemplo, e for aplicado com orientações técnicas, seguindo as recomendações ambientais previstas nos documentos de Licenciamento Ambiental da propriedade, este material pode se tornar um co-produto para o suinocultor, gerando renda e benefícios para áreas de produção vegetal. Apesar da suinocultura ser uma atividade expressiva na economia brasileira, ela não tem avançado nas questões sobre a legislação ambiental federal, salvo as exceções estaduais. Objetivou-se então levantar os procedimentos e custos de uma campanha de Monitoramento Ambiental do solo, atendendo as condicionantes das Licenças de Operação, na atividade, conforme parâmetros preconizados pelo Instituto do Meio Ambiente do Mato Grosso do Sul até maio de 2018. Buscou-se quais eram as exigências através do auxílio de um gestor ambiental que fornece assistência para os suinocultores. Para a coleta de dados de campo foram utilizadas informações de uma cooperativa agropecuária do estado do Mato Grosso do Sul, localizada na região norte**.** As Licenças preconizavam que cada propriedade deveria seguir as seguintes recomendações de coletas de solo: até 30 ha, 8 amostras; até 60 ha, 10 amostras; até 100 ha, 12 amostras; acima de 100 ha, 2 ou mais amostras para cada 30 ha, principalmente as que utilizavam o biofertilizante como fonte de adubação e que, segundo as normativas, devem realizar análises sobre os efluentes gerados pelo tratamento. Os custos variavam em função do tamanho da área e da periodicidade das coletas, que iam de trimestral a anual. Os valores pagos a laboratórios de análise de solos foram de R$872,00 com coleta anual de oito amostras, R$1090,00 com coleta anual de 10 amostras e R$3488,00 com coletas trimestrais de 8 amostras. As propriedades estudadas variaram de 1000 a 10000 animais alojados, o que diferia o custo por animal em cada uma delas, sendo observado que para o maior número de animais alojados havia necessidade de maior número de análises e alcançava-se maiores descontos nos valores individuais. Portanto, conclui-se que a quantidade de animais alojados e a periodicidade de análises influencia no custo médio por animal, sendo desta forma mais rentável investir em maiores capacidades de alojamento de animais e maior intervalo entre analises.

Palavras-chave: Análise de solos, Legislação ambiental, Suinocultura industrial.

Agradecimentos: À CAPES, pela concessão de bolsas a três dos autores citados.